



XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

EM BUSCA DAS ORIGENS: PENSANDO O PAPEL DA UNIVERSIDADE E SEUS COMPROMISSOS COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL E DO PAÍS

Wrana Panizzi
UFRGS

wrana@terra.com.br

Mauro Meirelles
Unilasalle

mauromeirelles@icloud.com

Resumo: Será a questão da gestão universitária o elemento mais importante a ser pensado quando discutimos o atual papel da universidade? Acreditamos que não, na medida em que uma universidade pode ter o melhor gestor que lhe é possível dispor, contudo, de nada adianta uma boa gestão se, esta, não estiver pautada em um projeto de universidade que vise a construção de conhecimentos socialmente referendados e válidos. Sobretudo, esse texto, trata-se de um artigo teórico-ensaístico que têm seu argumento principal baseado no suposto de que o conhecimento produzido no interior da universidade sempre esteve alicerçado num projeto de país. Nesse sentido, resulta de nossa análise como principal evidência a considerar, o fato de que, atualmente, em função de uma busca por maior inserção internacional e com vistas a se cumprir certos parâmetros de produtividade exigidos pela maioria das agências de fomento, esta, têm deixado de lado o seu referente social que é o território no qual está se insere e as demandas a este correlatas. Algo que, volta a agenda política a partir da criação de novas universidades federais que, instam as antigas, a retomar a sua natureza de outrora.

Palavras-chave: Universidade, Desenvolvimento Social, Gestão Universitária.

Introdução

Sempre, ao fim de cada ano, a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) promove um encontro onde seus associados, atuais e passados, confraternizam. Mas esse encontro, também, é um momento de reflexão em que, aqueles que lá se encontram, se colocam a debater e discutir os desafios e perspectivas que se descortinam diante deles, do seu fazer, de suas instituições e do papel que, nos dias atuais, é reservado às Universidades. É uma forma sim, de se fazer um balanço e de estar epistemologicamente vigilante quanto ao seu papel, como quer Bourdieu (1999). No ano de 2013, como em anos outros, novamente tivemos esse seminário, onde, junto com “as festas de final de ano” debateu-se o papel da universidade federal no desenvolvimento do país. Questões essas que retomamos aqui, com vistas a fornecer alguns subsídios que possam auxiliar outros pesquisadores a se debruçar sobre a temática.

Este não é, certamente, um tema novo, pois já me ocupei disso em outro lugar (PANIZZI, 2006) mas, a sua recorrência, sim. Isto, algo que se justifica e encontra sustentação naquilo que desde muito se espera da Universidade, qual seja, desta ser promotora do desenvolvimento social do país. E pensar e repensar esse papel é, portanto, o fundamento básico que constitui a essência e a natureza das instituições universitárias públicas federais. Esse, diferentemente do primeiro, com certeza um tema complexo, objeto de muitos estudos, teses, reflexões, e análises – e porque não dizer, também, de muitas críticas, questionamentos e dúvidas sobre a sua efetiva pertinência.

Sobremaneira, esse é um tema que têm inquietado e desafiado as instituições de ensino no mundo todo, em todos os países, nos mais diferentes continentes – do norte e do sul, em todas as sociedades, ricas e pobres. E aqui, voltamos a trazer a tona essa discussão a partir de algumas reflexões que já viemos fazendo há algum tempo em outros fóruns e seminários com já dissemos no início deste texto. Igualmente, tem-se que esse é um tema do tempo presente e do futuro que envolve o próprio processo de reprodução de nossa sociedade, hoje, nomeadamente tida como a sociedade do conhecimento e/ou sociedade da informação (CASTELLS, 2000) e que, este modelo de desenvolvimento social, como assevera Werthein (2000) impõe grandes desafios tanto do ponto de vista econômico quanto político e social, mas sobretudo, as instituições de ensino que, a esse novo contexto, têm que adequar a formação de seus quadros permanentes e profissionais a lidar com uma era, como dizem alguns, de grandes incertezas (RATTNER, 2010).

Do ponto de vista social, no contexto da sociedade da informação, é delegada a Universidade, esta, enquanto agente proativo de promoção e fomento do desenvolvimento social, a tarefa de produzir, sempre, mais e mais conhecimento. Mas não qualquer conhecimento e sim, um conhecimento referendado, apoiado na realidade em que está inserida, no território do qual faz parte. Este, entendido, não enquanto categoria geográfica *strictu sensu*, mas sim, antropológica.

Concepção essa que envolve todo um processo de produção de uma comunidade de sentido (BACZKO, 1985) e/ou imaginada (ANDERSON, 2008) onde, esta, se torna depositária – em uma acepção fiduciária do termo – da inovação constitutiva da riqueza material e moral da sociedade contemporânea. E deste modo, como já escrevi em outro lugar (MEIRELLES, 2011) todos sofrem seus efeitos, apesar de estar “In-Line”, “On-Line” ou “Off-Line”. É, portanto, em função disso e daquilo que se espera das instituições universitárias, que este é sempre um tema sempre presente e permanente que, por essas características, constitui-se na garantia da legitimidade da instituição universitária. O qual, popularmente, se traduz, de forma simples no seguinte questionamento: Para que serve a Universidade Pública Federal?

Igualmente, uma busca de respostas para tal questão não pode deixar de passar pela seguinte premissa, qual seja, que a universidade para promover qualquer tipo de desenvolvimento, seja ele social, econômico, político ou cultural, deve estar obrigatoriamente localmente enraizada no seu território de origem e globalmente calcada em um sistema de ensino superior e em um projeto de nação a ela correlata. E, é, sobre isso que discorreremos a seguir.

1. O surgimento das primeiras universidades no Brasil e as inquietações iniciais dos argonautas de Pindorama

Os anos 1920, no Brasil, foram anos de incerteza e rebeldia. Desde a abolição da escravidão (1888) e do estabelecimento da República (1889), a sociedade de castas formada ao longo da Colônia e do Império experimentava mudanças, mas estas se operavam de modo lento e profundamente desigual. Contudo, por fora e por dentro das forças que governavam o

país, aos poucos articulava-se a mudança – o Brasil conhecia uma tímida industrialização e urbanizava-se, ocorriam as primeiras revoltas e, nas casernas, multiplicavam-se as rebeliões.

O ano de 1922, neste contexto, tornar-se-ia emblemático para os brasileiros. Naquele ano, quando o país comemorava o centenário de sua independência, surge o tenentismo, é fundado o Partido Comunista, realiza-se em São Paulo a Semana de Arte Moderna. O Brasil parecia finalmente se mover em direção ao século XX. O clima era de efervescência, tanto política como cultural.

“Gigante pela própria natureza, és belo, és forte, impávido colosso – e o teu futuro espelha essa grandeza, terra adorada!”. O verso, escrito por Joaquim Osório Duque Estrada (1870-1927), é do hino nacional brasileiro, que também guarda referência a 1922, ano em que sua letra foi oficialmente adotada. “Gigante, belo e forte” o Brasil já se mostrará ser. Contudo, o Brasil não poderia permanecer como diz outro verso “deitado eternamente em berço esplêndido” pois para uma parcela da elite brasileira, contemporânea da Semana da Arte Moderna, o país precisava despertar e se colocar em marcha a passos largos, se quisesse de fato desfrutar do “progresso”, alcançado por nações do Velho e do Novo Mundo.

Se, em 1922, ao procurar novos temas e novas linguagens para as artes e para o pensamento nacional a Semana de Arte Moderna convocou a sociedade brasileira a pensar a possibilidade do “novo”. Em 1930, a rebelião cívica e militar que conduziu Getúlio Vargas (1883-1954) ao poder parecia, enfim, mobilizar politicamente o país com vistas à promoção da “mudança” de modo que, por um lado, havia um movimento que se assentava no debate sobre a inserção do país na “modernidade” e, por outro, uma vontade de modernizá-lo através da reconstrução de suas instituições políticas. É, portanto, no âmago desse sentimento de tornar o Brasil o país do futuro, como recentemente, Renato Russo, clamou aos quatro ventos que, foram criadas nossas primeiras universidades – há menos de um século atrás.

Outrossim, tem-se que, para os argonautas de Pindorama, como muito bem escreve Carvalho (2003), até os anos de 1930 o Brasil era uma ilha de letrados na medida em que eram poucos os que, por aqui, eram versados nas letras, uma vez que, a formação superior só existia em Lisboa. E, será só com o advento da República – e mais tarde com o surgimento das primeiras faculdades e universidades que, será possível em terras tupiniquins, formar-se nos primeiros cursos que por aqui abriam suas portas.

Primeiramente, foram as ciências médicas e do direito que aqui despontaram nos primeiros cursos de Direito, Farmácia e Medicina. E, somente mais tarde, é que por aqui, depois da chegada das engenharias, as ciências humanas assentaram-se em terras brasileiras. Pois, até então, para se tornar douto nas letras era preciso ir até a metrópole, Lisboa. Algo que, tornava a carreira universitária algo possível somente para poucos. Mas, ainda havia outro problema, qual seja, de se pensar o Brasil a partir do Brasil e longe dos olhos e do pensamento daqueles que estavam na metrópole portuguesa.

De modo que, para o Brasil poder pensar a si próprio e constituir-se enquanto nação era preciso, dantes, formar certa elite intelectual autóctone. Uma elite envolvida com os problemas do Brasil e não somente preocupada com as questões da metrópole como era de praxe nas universidades portuguesas. É com esse espírito e disposto a levantar-se de seu berço esplêndido que, o Brasil, através de seus governantes que criam as primeiras universidades, começa a ensaiar sobre aquilo que ele quer para si – e que, cortejado pelos versos de Mario de Andrade, em sua desvairada referência à São Paulo das ausências e dos dentes mil¹ – ou seja, daquilo que o país quer para seu povo, daquilo que modernamente e daqui para diante denominaremos de um “projeto de nação”.

¹ Nossa referência aqui se assenta dos versos do conhecido poema de Mario de Andrade intitulado “O Cortejo”, o qual, é tido como a expressão estética que deu base e representa aquilo que foi e, é, até hoje, para muitos, o espírito da Semana de Arte Moderna de 1922.

1.1. As primeiras universidades no Brasil e os primeiros ensaios sobre um projeto de nação.

De uma perspectiva histórica ampla, a marcha dos processos que levaram à construção do atual sistema de ensino superior brasileiro podem ser dividida em ciclos ou períodos, tendo como marco inicial a transferência da corte de Portugal para o Brasil. Trata-se evidentemente de uma história que não pode ser compreendida à margem de episódios e processos “exteriores” à vida universitária que, como a Semana de Arte Moderna e a Revolução de 1930, se revelariam decisivos para o esboço do Brasil como nação. Episódios, aqui, apenas brevemente evocados.

Como nos mostra a história, foi tardia a implantação das primeiras universidades no Brasil, ao contrário do que, se observou na América Espanhola. A universidade no Brasil, diferentemente da América Espanhola, nunca aportou nas terras de Pindorama, seja durante a época colonial, seja à época do Império (1822-1889). Contudo, nesse período, instalaram-se então no país algumas escolas que, posteriormente, iriam ancorar a formação de nossas primeiras universidades no início do século XIX, quando da transferência da corte de Portugal para o Brasil (1808).

Com o fim do Império e o advento da Primeira República, um novo ciclo se inicia. E, no Brasil, multiplicam-se escolas e faculdades, a maior parte delas voltadas à formação profissional em Medicina, Engenharia e Direito. Por volta de 1910, as cidades de São Paulo, Manaus e Curitiba seriam palco das primeiras tentativas de criação de universidades no Brasil. Porém, estas experiências fracassam e tais universidades ou nem mesmo se constituíram ou tiveram uma existência precária e efêmera.

Em 1920, como parte das comemorações da independência do país, é criada a Universidade do Rio de Janeiro – mais tarde denominada Universidade do Brasil, que por sua vez daria origem à atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. A estratégia empregada para a criação desta Universidade – a reunião de instituições públicas já existentes – serviria de modelo para quase todas as universidades posteriormente constituídas no país. A criação da Universidade de Minas Gerais, na cidade de Belo Horizonte, em 1927, fez-se, também, segundo o mesmo modelo.

Em 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, um terceiro período se inaugura para o ensino superior no Brasil. Em abril de 1931, o recém-criado Ministério da Educação e Saúde institui o Estatuto da Universidade Brasileira pois, até então, a criação de universidades no país não era regulamentada pelo Governo Federal. E, com base na nova legislação, mas sempre seguindo o modelo estabelecido pela Universidade do Rio de Janeiro, criam-se outras universidades públicas, a saber: a Universidade de São Paulo (USP) em 1929 em São Paulo², a Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) em 1934 em Porto Alegre, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em Recife e Universidade Federal da Bahia (UFBA) na cidade de Salvador, na Bahia, em 1946.

Mas, à ampliação maior e de fato do número de instituições se dá, somente, após, a Segunda Guerra Mundial e a partir da necessidade encontrada por muitos países de organizar e reestruturar seus estados nacionais e suas políticas com vistas a se construir/constituir as bases necessárias para o desenvolvimento econômico nacional. Este período, marcado pelas políticas de desenvolvimento e planejamento ganha relevância e especificidade durante os anos do “*welfare state*” (1945-1975) também, referido na bibliografia especializada como os “Gloriosos anos 30” (VELTZ, 1996) ou os “Anos Dourados”, como prefere Hobsbawm (1998).

² Considerada ainda por muitos, de fato, como a primeira criada no Brasil.

É o estado interventor agindo sobre a economia, o social, o cultural, a infraestrutura, enfim sobre os caminhos do desenvolvimento. Durante este período os países capitalistas criaram o que Fiori (1997) considera *uma das obras institucionais mais complexas e impressionantes que a humanidade conseguiu montar*. Esse período foi marcado pelo crescimento econômico acompanhado, de um lado, por uma significativa distribuição de renda e, de outro, por um maciço investimento em políticas sociais.

É deste tempo a criação da maioria das Universidades, assim como de nossas atuais instituições de fomento e pesquisa. Foi nesse tempo não tão longe que se construíram as primeiras políticas de fomento à pesquisa, a produção do conhecimento e a formação de recursos humanos, tais como: o CNPq, a CAPES, o BNDES, a Petrobras, a SUDENE e a FINEP. O que se verifica, com essas políticas é uma nova etapa da Educação Superior no Brasil que se inicia nos anos de 1950, ano em que é criado o Sistema Federal de Ensino Superior.

Com a criação desse complexo Sistema Federal de Ensino Superior, as universidades públicas existentes no país, com exceção da Universidade de São Paulo, são “federalizadas”, isto é, passam a ser administradas pelo Governo Federal. O ensino superior público sofre a partir de então, uma notável expansão. E, ao longo dos governos de Getúlio Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1960) criaram-se 14 novas universidades federais, nas cidades de Fortaleza, João Pessoa, Belém, Natal, São Luís, Juiz de Fora, Santa Maria, Curitiba, Goiânia, Florianópolis, Brasília, Niterói, Maceió e Vitória.

Esse sistema de caráter federativo já continha uma preocupação não só de expansão do sistema no futuro, mas também, com sua abrangência territorial. Sua capilarização permite observar uma estratégia, mesmo que incipiente e não tão explicitada de forma consciente, com a promoção do desenvolvimento para além das principais capitais, adentrando mais para o interior do Brasil e escapando do jugo dos grandes centros urbanos. Podemos tomar como exemplo o que ocorreu nos estados do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, onde, as Universidades Federais criadas à época tiveram as suas localizações e suas atividades estabelecidas de acordo com as características das diferenças do espaço estadual visando com isso oferecer a todas as regiões certa base para promoção de seu desenvolvimento.

1.2. O apequenamento da universidade pública federal e a conseqüente erosão do sistema de ensino superior federal

Contudo, esse quadro que aqui apresentamos começa a se modificar a partir do golpe militar de 1964, ano em que se inicia um novo ciclo de transformações no ensino superior brasileiro. Os militares mantêm o ritmo de expansão do Sistema Federal de Ensino Superior, porém, ao mesmo tempo, afrouxam as exigências para a concessão do estatuto de universidade e passam a transferir recursos públicos volumosos para o setor privado, facilitando assim o seu crescimento. Com o passar dos anos, atendendo as demandas de instituições privadas, os governos militares cessam o processo de “federalização” iniciado em 1950, o que leva ao reaparecimento das universidades públicas regionais.

É importante observar, entretanto, que os governos militares (1964-1985) fizeram investimentos significativos nas universidades públicas visando o desenvolvimento da pesquisa científica. Com base nestes investimentos, a partir dos anos 1970, cresceu de maneira considerável o alcance e a importância do ensino de pós-graduação, o qual até hoje, já consolidado, continua se ampliando e detém reconhecimento internacional.

Em seguida, mais uma etapa na curta vida do Sistema Federal de Ensino Superior se estabelece com o colapso da crença no controle racional e centralizado do destino dos sistemas sociais – que se amplia e parte para uma grande mudança que aprofunda a

internacionalização das relações mundiais – e que começa a erodir a base nacional que serviu a esse como base constituinte e que, também, fundamentou o Estado Moderno.

Mas, a globalização, como escreve Fiori (1997) não é apenas o resultado dos avanços tecnológicos ou da evolução dos mercados em competição. Ela é, também, um fenômeno econômico, político e também ideológico. O foco do sistema econômico passa do micro para o macro e, ganham espaço, as grandes corporações. A distância entre os países ricos e pobres se aprofunda. A heterogeneidade se evidencia entre regiões, cidades e mesmo no interior da própria malha urbana dessas cidades.

A globalização é um fato e o neoliberalismo se instala de vez sob a égide da desregulamentação do mercado, da educação e da vida. Pois, segundo a crença liberal é pela mão invisível do mercado – e sua pretensa liberdade – que advém o equilíbrio das relações e das instituições. E, é, sob o braço forte do neoliberalismo que a partir dos anos de 1980 toma parte do globo terrestre e, em especial, dos países latino-americanos e do Brasil que, as universidades públicas federais são submetidas a crescentes restrições, essas, das mais diferentes formas.

Restrições institucionais que promoveram profunda heterogeneidade no interior do sistema universitário federal e mesmo a sua distensão. Restrições orçamentárias que implicaram em cortes financeiros e dificultaram a realização de investimentos em infraestrutura, na qualificação de espaços, na contratação de professores, pesquisadores e técnico-administrativos, no desenvolvimento da pesquisa, na valorização da extensão, na manutenção dos programas de assistência estudantil e bolsas, na expansão das matrículas, entre outras coisas.

Mas, também, não podemos deixar de mencionar é claro, a falta de qualquer perspectiva de criação de novas instituições e novos cursos. Mas, sobretudo, passou a haver agora, mais do que dantes, uma ausência de estratégias de expansão ou mesmo de manutenção do próprio sistema que vinculassem as universidades públicas federais à projetos e propostas coletivas³.

2. O atual Sistema de Universidades Públicas Federais: seu crescimento e papel neste cenário

Mas, com a chegada do novo século e do novo milênio nasce também um novo tempo. Os anos 2000 trazem a retomada do desenvolvimento e do planejamento. O Estado ressurgiu mais forte e são reiteradas políticas globais e setoriais, crescem os investimentos sociais por parte do Estado e observamos um investimento crescente em Educação e em Ciência e Tecnologia. Nessa retomada do crescimento o Estado se fortalece e investe na construção de infraestrutura econômica e social e, ainda, na ampliação de conglomerados brasileiros privados para torná-los competitivos. A bola da vez é um Estado forte com uma orientação governamental desenvolvimentista.

Em relação à educação superior vivia-se, ainda, o rescaldo da crise dos anos de 1980 – a chamada década perdida –, onde, predominou o mercado e as ideias advindas de uma produção ideológica que buscava mascarar o conflito político, qual seja, a permanente tensão entre o Estado e o Mercado. Este último, soberano absoluto, o qual teve sua gênese no Consenso de Washington. Modelo esse, marcado pelas orientações voltadas a diminuição do Estado e a erosão do conceito de nação. Daí a crescente privatização da educação com base nas orientações da Organização Mundial do Comércio, a demanda por vagas, as altas taxas de evasão, as dificuldades de permanência etc.

³ Isso apesar dos esforços da ANDIFES em resistir a fragmentação e construir um Sistema de Ensino Superior Público Federal.

Portanto, com o início do século XXI retoma-se uma agenda voltada à educação, agora em outras bases e com perspectiva de ampliação das universidades públicas, dos recursos para à pesquisa, da abertura de vagas para professores e alunos, da reconstrução de infraestrutura e ampliação de laboratórios e bibliotecas etc. E, é, com esse espírito e dentro desse novo projeto de universidade e nação que são criadas novas universidades públicas federais no Brasil. De modo que, elas se constituem na resposta dada pelo Governo diante das inúmeras demandas e estudos reivindicando a ampliação do sistema. Surge daí o REUNI.

Estas novas universidades se justificam não só pela necessidade de ampliar e atender a demanda por acesso ao ensino superior por si só, mas também, no sentido de estabelecer novas condições para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico e político-cultural do país. Uma vez que essas, dentro do atual projeto de nação, são agentes voltados a atender as atividades industriais e de serviços. Sobretudo, através da ampliação dos instrumentos e recursos científicos e tecnológicos inovadores.

Essas novas universidades surgem, portanto, em um tempo em que os processos produtivos nacionais passam cada vez mais a incorporar as grandes transformações internacionais, onde o conhecimento é concebido como um bem capaz de agregar valor às coisas e às relações econômicas e sociais. Estamos assim, no tempo da informação e do conhecimento, da globalização e da internacionalização, do além fronteiras.

É assim que, surge no interior desse novo contexto uma universidade voltada para um novo projeto de nação, não de um Brasil só, mas dos muitos “Brasis”, as quais, brotam do coração da terra, nos mais distantes lugares e que têm para si, diferentemente de outrora, um olhar diferente sobre o Brasil e suas especificidades. Essas universidades que surgem do “coração da terra”, nos mais distantes lugares, nascem com o compromisso de avançar para o interior, sempre e avante e têm como fim formar em todo o território nacional elites locais. Mas não a mesma elite de outrora, e sim, uma nova elite brasileira que nasce heterogênea e se caracteriza pelas suas múltiplas diferenças e identidades, as quais, recobrem todo o país.

Essas novas universidades, surgem com o compromisso de promover o desenvolvimento regional, potencializando características e especificidades locais. Essas novas universidades retomam, as ideias de federalização e as ideias de organização de um sistema de instituições universitárias públicas federais. Elas retomam o melhor daquilo que em outros tempos se pensou para o Brasil. E tomam para si o compromisso de ir além da promoção de uma oportunidade pessoal e reestabelecem um compromisso coletivo provocando o sistema universitário por inteiro a estar mais próximo a sua realidade local.

Essas novas universidades, nascidas nos confins da terra onde brotam, moças ariscas e idealistas nascem de um sonho, de um sonho de muitos “Brasis” e conclamam as velhas instituições de ensino de outrora – aquelas que as precederam, que construíram a base do atual sistema federal de ensino – a auxiliá-las com sua sapiência e experiência, a partilhar com elas esse sonho, esse novo ideal de nação. Criam-se parcerias e regimes de co-tutela, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação e, onde, não é possível chegar, chega-se com o uso de ambientes virtuais e o apoio do Ministério da Educação através da Universidade Aberta do Brasil.

Se amplia assim, a noção de território e, ao mesmo tempo em que se amplia o alcance das instituições, se finca forte o pé na terra e busca-se oferecer a populações locais respostas a suas demandas. Cursos são criados para suprir demandas locais e para dar suporte ao desenvolvimento local. Universidades inteiras surgidas no interior do Brasil, ao mesmo tempo em que buscam pensar o sistema-mundo, buscam também, enraizar-se e pensar a relação entre o local e o global através de pesquisas e atividades de extensão pontuais que mais do que deter-se em uma dimensão abstrata do real se voltam para os problemas cotidianos e para dar respostas a questões concretas.

Mas, essas novas universidades que as antigas conclamam, são dessas herdeiras, e muito mais do que uma história registrada em documentos, essas vivem da experiência cotidiana e ainda não se engessaram na burocracia do sistema. Pois, em seus fins e propósitos, seguem aquelas que as precederam – e isso está expresso nos documentos oficiais, em seus estatutos, em seus regulamentos – mas, ainda, são jovens, contestadoras, sonhadoras e idealistas. E, porquanto, acreditam, que uma outra universidade é possível.

Quando tempo irá durar esse sonho e a busca por esse ideal, não sabemos. Mas algo é certo: o caminho para o desenvolvimento, como outras experiências já mostraram e, as novas universidades também, está no modo como a Universidade se liga e enraíza-se ao território de onde brota. Pois, ao desconectar-se do real essa ganha em abstração, mais perde em capacidade operativa e em capacidade de pensar o mundo concreto e de neste poder incidir. O caminho está, talvez, em se buscar o equilíbrio. Por isso, pensar a Universidade e o modo como ela se relaciona com o território é basilar, como veremos a seguir.

3. Universidade e território: um caminho para o fomento do desenvolvimento local?

A universidade pública federal, hoje, para cumprir seus fins e propósitos, se defronta com a seguinte constatação: há mudanças importantes em curso na dinâmica territorial e na dinâmica socioeconômica do Brasil. Portanto, é preciso conhecê-las de forma aprofundada não só no que diz respeito ao seu espaço de ação mais próximo, mas vincular essa realidade ampliando “seus fins e propósitos” e “atrelando suas configurações territoriais locais de modo mais amplo a essa realidade onde, aquilo que se quer para região e para o país, deve ser tido como um caminho de mão dupla.

Realizar esse objetivo não é fácil, disto, nós temos certeza. Mas existem caminhos possíveis para realizar esse movimento de modo bem fundamentado, donde, podemos encontrar “inspiração” nos recentes trabalhos e estudos de Tania Bacelar e Clélio Campolina. De modo especial fazemos referência aqui a conferência realizada em uma das sessões magistrais do XV ENAPUR, realizada em Recife, no mês de abril de 2013.

Na sua fala a professora Tania Bacelar chama a atenção para aspectos que especificam as tendências recentes na ocupação e caracterização do território brasileiro, salientando certo conjunto de mudanças que invertem alguns pressupostos durante algum tempo sustentados. Aqui, os trazemos, de certo modo, de forma aleatória e através deles buscamos algumas pistas que podem nos servir para pensar futuras configurações e estratégias institucionais para programas e ações que envolvam as nossas universidades públicas federais.

Assim, chama-se a atenção para o fato de que há uma nova e diferente distribuição de população pelo Brasil de modo que: 1) O nordeste não é mais o grande celeiro de migrantes para outras regiões e o sudeste já não se constitui mais no centro receptor das migrações internas, cedendo lugar para o sul, o centro-oeste e o norte; 2) De uns tempos para cá, a população passou a ocupar mais o interior do Brasil com destaque para as cidades de porte médio (100 mil à 2 milhões de habitantes) as quais tem mais crescimento, da população e do PIB, o que denota uma clara concentração da indústria e do emprego formal nas mesmas, seja para o interior dos estados – em São Paulo – e/ou para outras regiões, nordeste e sul; 3) O Brasil rural se afirma em novos territórios – norte e centro-oeste; 4) O crescimento do consumo e da produção em massa modificaram as tendências no padrão socioeconômico, onde o norte e o nordeste lideram o consumo; 5) O crescimento do emprego formal tem taxas mais elevadas no norte, nordeste e centro-oeste; 6) Há redução do analfabetismo, da mortalidade infantil, da pobreza em regiões que sempre tiveram fortes quadros de miséria; 7) Há maiores rendimentos médios domiciliar fora do sudeste; 8) Há aumento significativo nas matrículas no ensino superior sendo, que, no nordeste e norte há redução das distâncias em relação a outras regiões; e, 10) Há um crescimento do protagonismo dos agentes locais na

busca da valorização de atributos e especificidades da região, sobretudo, dialogando-se com a diversidade regional do país.

Enfim, essas considerações que trazemos a partir de Bacelar e Campolina nos evidenciam que, há uma nova realidade territorial de base regional e local que se descortina a nossa frente e demanda, sobretudo, políticas e ações mais efetivas do Sistema de Universidades Públicas Federais no que tange a busca de respostas a suas demandas. De modo que, o desafio agora, reside em se aliar interesses nacionais e regionais, em se relacionar o conhecimento produzido no âmbito acadêmico com a realidade local, mas, sobretudo, de se firmar raízes, de viver e pensar o mundo a partir dessas novas territorialidades *sui generis* que emergem com as novas universidades que, hoje, passam a integrar o Sistema Federal de Ensino (SFE).

Considerações finais

Se o compromisso das universidades públicas federais se situa no desempenho de um papel voltado ao desenvolvimento do país em toda a sua territorialidade e suas especificidades, ressalta-se, aqui, o papel que tem a região – e as demandas desta enquanto constituidora de uma territorialidade *sui generis* – como célula indutora desse crescimento e desenvolvimento.

Se o que orienta, hoje, as novas formas de intervenção do Estado e de suas instituições – e, aqui nos referimos especificamente as das universidades públicas federais – é o conhecimento do ambiente onde estes agentes exercem a sua atuação tem-se, então, que o espaço geográfico e o conhecimento deste e de suas especificidades assume especial relevância. E, portanto, deve ser tomado em sua especificidade. Pois, é nele que estão assentados os agentes de atuação local, os quais, não podem ser desconsiderados e sem os quais se torna impossível pensar e gerar crescimento e desenvolvimento, sobretudo, de modo sustentável e perene.

Talvez seja por isso que, por desconsiderar essa relação com o território, ainda hoje, observamos haver uma enorme distância entre o que as nossas universidades têm planejado e executado, entre aquilo a que elas se propõe e aquilo que elas realizam, entre o que é dito e o que é feito. Há, ao nosso ver, um certo deslocamento das matrizes que fundamentam o seu processo de planejamento e os seus planos de desenvolvimento, mas, grande parte das universidades federais ainda permanecem distanciadas da realidade social concreta e objetiva do território em que estão inseridas e apenas preocupadas com a sua inserção no mercado global através daquilo que, comumente, denominou-se de internacionalização.

Disto decorre que, as universidades públicas federais – senão sua totalidade, pelo menos a grande maioria delas – ainda continuam presas à uma conceituação reificada de sociedade que se assenta no olhar “objetivo das ciências” ou, ainda, numa “representação ideológica do conhecimento e da educação”. E, ainda hoje, importamos modelos e práticas provindos de organismos internacionais que pouco ou nada conhecem de nossa realidade, dos nossos muitos “Brasis” mas que, marcam uma inserção subordinada do Brasil no contexto internacional.

No mercado global, royalties e patentes têm seu preço. E, é impossível pensar o desenvolvimento do Brasil em termos de uma inserção subordinada. É preciso que, em terras brasileiras, passemos a produção de modelos e modos de pensar o Brasil de forma autóctone, longe dessa relação que se estabelece entre o centro e a periferia no âmbito mundial. Cérebros e cabeças pensantes para isso nós temos – inclusive exportamos para muitos países através de um movimento que, jocosamente, chamamos de “a fuga de cérebros”.

Não é sem razão, portanto, que grande parte das análises, até mesmo aquelas abordagens mais históricas da universidade brasileira se restrinjam ainda à pesquisa de ideias

e de como o conhecimento se produz no interior delas como se, o objeto da universidade, se restringisse somente à elas e não incluísse a evolução e a práxis social. E aqui, lembro Roberto Schwartz (1999, p. 47), quando, este, apresenta uma imagem do procedimento universitário comum e seu distanciamento das práticas sociais, quando esse coloca que *o chão social cotidiano e extra-universitário de elaboração intelectual, pautado por suas contradições específicas, é substituído pelo sistema de categorias elaborado nos programas de pós-graduação, na maior parte norte-americanos, com brechas pra franceses, alemães e ingleses.*

De modo que, o que se verifica a partir disso é um deslocamento da matriz funcionalista de produção do conhecimento – dentro da ideia de centro e periferia – e que, mantém à realidade de nossas universidades, presa à uma matriz postiça, importada e/ou trazida para cá por economistas e/ou teóricos ligados a organismos internacionais que, no dizer de Ermínia Maricato, tentam aqui implantar essas “novas” e “velhas” matrizes e modos de “se pensar a universidade”.

Neste sentido, convém ainda lembrar o que Celso Furtado (1983, p. 40 Apud Maricato 2002, p. 136) diz, quando se refere a sua trajetória de intelectual e, também, gestor e coloca que sua participação indireta e direta, durante os quinze anos que esteve na formulação de políticas, convenceu-o *de que nossa debilidade maior está na pobreza das ideias operacionais* na medida em que, segundo ele, *a atividade política tende a organizar-se [e, porque não estruturar-se?] em torno de esquemas importados, os mais disparatados.*

Contudo, dado o exposto tanto por Maricato (2002) quanto por Furtado (1983 apud Maricato, 2002), e também por Schwartz (1999) não podemos deixar, nem por isso, de olhar para as ideias vindas de outras realidades. Mas, olhar não é aceder e importar de forma normativa modelos existentes, é preciso que tais ideias e modos de pensar a realidade e o desenvolvimento sejam mediados pela própria universidade que, a partir de seu território deverá ressignificar, reinterpretar e mesmo produzir novos modelos que deem conta das necessidades de sua região, de seu estado, de seu país.

Como vimos, tem-se que, já faz algum tempo que as universidades públicas federais têm delineado o caminho que pretendem seguir. Certamente a sua história registra muitos feitos e, esses, são responsáveis por muitas de nossas conquistas e riquezas materiais e morais. Mas, é bom lembrar que, essa história, também registra algumas heranças que marcam o sistema de ensino superior público federal, entre elas, cabe destacar: 1) a fragmentação institucional; 2) a heterogeneidade das instituições; 3) o seu distanciamento da sociedade; e, também, 4) as suas próprias disfunções que ocasionaram uma transformação de sua condição de instituição social.

Marilena Chauí, por exemplo, de forma muito lúcida retrata essas transformações da universidade quando escreve que, esta, numa primeira etapa, tornou-se uma universidade funcional, na segunda, uma universidade de resultados e, na terceira, a atual, uma universidade operacional. De modo que, para Chauí (2003, p. 4) ao seu ver, *a passagem da universidade de instituição à organização correspondeu às várias reformas do ensino superior destinadas a adequar a universidade [e porque não de modo imperativo, adequá-la?] ao mercado.*

Mas, embora falemos sempre na universidade como uma instituição social será que ao compatibilizarmos os seus feitos à métrica de um conjunto de metas e resultados quantitativos não estamos, na verdade, reduzindo o seu papel e conseqüentemente a sua legitimidade? Essa é uma questão que ainda permanece sem respostas. E pensar o atual sistema de monitoramento e acompanhamento da produção dos programas de pós-graduação pela CAPES possa, num futuro próximo, nos oferecer algumas respostas satisfatórias.

O que é certo é que o tempo passou e que, agora, estamos em um outro momento do processo de construção e consolidação do Sistema Federal de Ensino Superior. O "ciclo de

resistência" ficou para trás. Um novo ciclo, o "ciclo afirmativo" foi inaugurado. É o que estamos vivendo. O caminho é longo e exige persistência e paciência, mas sobretudo exige permanente reflexão e vigilância para não ser a universidade prisioneira do "conjuntural" que precisa sempre estar a "vencer obstáculos" e "à registrar o cumprimento de certas determinações e metas".

Nesse sentido, quando olha-se para os propósitos, os planos e os feitos da universidade pública federal recorre-se, logo, a expressão cunhada por Chico de Oliveira, lembrando que todas essas intenções e gestos se constituem também, neste caso, em *ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias*⁴. Constatação essa, não só nossa, mas também, de outros tantos que acreditam na importância da Universidade enquanto promotora do desenvolvimento social. Mais do que uma universidade de resultados como faz referência a professora da USP, a universidade pública deve retomar para si o desafio de ser uma instituição de estado, autônoma, voltada aos interesses da democracia e do desenvolvimento e não somente preocupar-se com os resultados que serão apresentados a cada triênio evidenciando sua inserção internacional. Pois, de nada adianta ser a melhor universidade do mundo em termos de resultados se, esse conhecimento não cumprir o seu fim último, de ter validade social e estar localmente referendados. Ou seja, de nada adiante termos o *know how* para desenvolver a melhor tecnologia para tração de veículos na neve se moramos em um país tropical e os nossos carros atolam no barro após as chuvas torrenciais de verão.

⁴ Essa expressão da título ao ensaio que já se tornou clássico entre as reflexões desenvolvidas sobre a sociedade brasileira.

Referências

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (org.). **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. v. 5.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo : preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. In: A Sociedade em rede. São Paulo : Paz e Terra, 2000. v. 1.
- CHAUÍ, Marilena. Seminário – Universidade: Porque e como reformar? Brasília: MEC/SESu, 2003.
- FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis, Vozes, 1997.
- HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos**. São Paula, Cia. das Letras, 1998.
- MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade no pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002. P. 121-192.
- MEIRELLES, Mauro; BOLL, Cíntia Inês. Sobre o tempo que passou: a imersão na paisagem cibernética e o surgimento de novas temporalidades e formas de perceber o tempo. **Renote** [online]. 2011, vol. 9, n. 2, p. 1-10.
- PANIZZI, Wrana. **Universidade para quê?** Porto Alegre: Libretos, 2006.
- RATTNER, Henrique. A era das incertezas. **Revista Espaço Acadêmico** [online]. 2010, m. 104, p. 73-74.
- VELTZ, Pierre. **Mondialisation villes et territoires**. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.
- WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação** [online]. 2000, vol. 29, n. 2, p. 71-77.